

ESPÓLIO PINTO QUARTIM
Nº 454 de 220

The image shows a portion of a document page. A large, faint red watermark is visible, containing the letters 'T', 'H', 'I', and 'S' in a bold, outlined font. Above the watermark, there are approximately seven rows of small, stylized letter 'W's arranged in a grid pattern. The paper has a slightly aged, off-white appearance.

COMISSÃO CONCELHIA
DO
MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO

LISBOA - 1950

1\$50

• país encontra-se em face duma crise económica que os governantes já não negam, antes, declarando-a oficialmente, pretendem esclarecer-la e alijar as responsabilidades do governo com os seguintes argumentos: (Vide entrevista do Ministro da Economia ao Diário de Notícias de 29 e 30 de Dezembro de 1949)

- 1º - a crise nacional é o reflexo inevitável duma crise económica internacional de ajuste da economia da guerra à economia de paz, e só nela se deve encontrar a causa dos males económicos que enfrentamos;
- 2º - cada ministro da economia, recém chegando ao poder, lança, embora veladamente, a responsabilidade do mal sobre os erros do seu predecessor.

A primeiro dos argumentos opõe-se o facto inscensável da prosperidade económica relativa que, no apόs guerra, têm gozado os países democráticos tais como a Suécia e a Suissa que, como nos, se mantiveram neutros durante o conflito; e, ainda, a evidente recuperação económica e financeira dos países beligerantes ou ocupados que, tendo esgotado até no sangue as suas reservas monetárias e físicas, começam já a patentear índices de prosperidade no emprego, produção, volume de negócios, lucros, etc., iguais e até superiores aos do antes da guerra. É o caso da Inglaterra, da Bélgica, da França, da Holanda, da Dinamarca, da Checoslováquia, da Polónia, etc.

Quanto ao segundo dos argumentos, ele nunca poderá polher muito na opinião do povo português que praticamente vive em regime de carências e dificuldades económicas de toda a ordem, cujo nível de vida baixou de forma notável desde 1938, que não conhece política de bem-estar e que, da guerra, só recorda faltas e restrições.

Ele não pode distinguir, porque provém da mesma origem totalitária e corporativa, a política económica de negócios chorudos de especulação de guerra de Rafael Duque e Supico Pinto; a política de importações massivas e deflação económica, que arruinou a nossa agricultura, de Daniel Barbosa, da política de pretensa austeridade mas, de facto, de crise económica generalizada, de Castro Fernandes. A todos cobre a responsabilidade do mesmo sistema corporativo, que tem custado os olhos da cara ao povo português e que, quando lhe foi imposto, lhe apresentaram como instrumento infalível para se conseguir a normalidade económica e social, em contraste com o carácter económico e desordenando do liberalismo económico da República democrática.

O I.M.D. vem prosseguir o trabalho de esclarecimento da opinião pública portuguesa sobre a situação económica do país, agora agravada por uma das crises mais ruinosas de quantas conheceu. Tanto o IUD como os Serviços Centrais da Cidadania do Sr. General Norton de Matos realizarão um trabalho de crítica construtiva da obra económica e financeira do Estado corporativo, de larga projeção nacional e até no estrangeiro, obra que culminou o livro "Para onde nos levou a política económica do governo", onde ficou feito o diagnóstico dos erros duma política serventuária dos interesses monopolistas e de degradação do nível de vida do povo português.

A crise que se está manifestando em todas as actividades económicas do país e se revela na estagnação dos negócios, que o governo agrava, soma restrição do crédito, traz consigo o desemprego rural e industrial; e primeiro lan-

ça para a fome - e para as prisões, quando protestam - milhares e milhares de camponeses do Alentejo; o segundo que atinge preponderantemente a indústria corticeira, a indústria de conservas, as indústrias texteis e da construção civil, está, por agora, tomando carácter de redução da semana a três dias de trabalho. Isto significa desde já uma oferta de mão de obra que vem arrastar, ainda mais, os salários e redução a metade do poder de compra do trabalhador. O comércio de retalho vê dia a dia reduzir as suas vendas, e o recurso ao crédito pelo consumidor torna-se cada vez mais frequente; este facto de carácter económico e a carga fiscal dos impostos e contribuições corporativas, sempre em aumento sem atender ao volume dos negócios, culmando no abandono a que é votado o pequeno comércio e indústria por parte dos bancos que sob a forma de desconto, põe à beira da falência, e alguns já resvalam nela, declaradamente, muitos comerciantes e industriais.

Os homens da alta finança e do círculo monopolista corporativo aproveitam esta situação de ruína das pequenas unidades económicas para as absorver ou para comprar por preços arrastados a massa falida dos que não resistem a circunstâncias que não criaram. A concentração da riqueza que atinge em Portugal números astronómicos de dezenas de milhares de contos em poucas mãos, torna-se cada vez mais anti-económico, estiola-se na função da ajetagem, não cria novos valores consubstanciais ou reprodutíveis, e torna-se a causa motora de um processo de crise que pode atingir proporções de catástrofe.

O governo e a organização corporativa de mãos dadas neste acção sugadora, protegem os grandes

interesses e perseguem os pequenos com grande alarde, para iludir o consumidor com a demagogia da sua acção morigeradora; e, assim, inexplicavelmente, ainda não eliminou por completo o mercado negro, e mantém o racionamento legal de alguns géneros e as faltas de outros, consonante os interesses de alguns grandes armazénistas e productores.

O processo da crise económica portuguesa tem duas fases distintas que importa analizar: a primeira, resulta da inflação, durante a guerra, dos meios monetários de trocas - dinheiro e depósitos bancários - sem correspondente aumento de produção física nacional e com uma acumulação dos lucros das exportações de guerra nas poucas mãos dos monopolistas corporativos que dentro dos gremios gozavam do privilegio das cotas.

Nesta fase, com o aumento dos preços e a existência do mercado negro dos géneros primários, os rendimentos do trabalho - salários e ordenados - perdem o seu poder de compra, e se esta perda se não reflete imediatamente sob a forma de uma crise de consumo é porque as necessidades de uma economia de guerra compram tudo e por preços de exportação especulativos.

Na segunda fase, depois da guerra, o governo conduz uma política de deflação "a outrance", que vem ainda agravar mais os efeitos anti-económicos da inflação durante a guerra, e segue este política económica, porque os grandes monopolistas e a banca querem eliminar da concorrência as pequenas e médias unidades que participaram dos lucros de guerra: Restringem-se os créditos, dificulta-se o protocolo do comércio externo de forma que só os grandes exportadores e importadores manejados com a banca (e no segredo dos deuses dos gabinetes da adminis-

tração pública) participam das grandes importações macissas e, assim, se agrava ainda mais a concentração da riqueza nas poucas mãos dos monopolistas corporativos. Mas agora o caso é mais grave e a crise económica generalizada surge, desequilibra-se a balança de pagamentos por efeito do desequilíbrio da balança comercial, o governo verno deixa esgotar suas reservas a limites tais que é obrigado a proibir, mesmo a importação daquilo que é essencial ao processo de produção normal. O estado português que alardeava ser tão rico que não precisava dos empréstimos gratuitos dos Estados Unidos - plano Marshall - mendiga-os agora; numa conjuntura de apόs guerra em que todos os países com a maior cotação, descriminando e condicionando o seu comércio externo, economizam as suas divisas e procuram exportar o máximo para compensar o que importam em excesso para refazer os desgastes e destruições, conduz uma política de esbanjamento de divisas, dos fundos acumulados durante a guerra, dá subsídios às mercadorias que importa do estrangeiro, para concorrer no mercado nacional com as portuguesas, e nega esses subsídios às mercadorias típicas da nossa exportação que, porque são mais caras, perdem alguns dos seus mercados internacionais e daqui a crise do nosso comércio externo:

Partindo duma base 100 em 1938, o preço da tonelada global importada, subiu para 854, ou seja um aumento de 254%, enquanto que a tonelada global exportada, partindo da mesma base, subiu para 463, ou seja um aumento de 363%. Dónde se conclui, que tomados globalmente, os produtos portugueses de exportação aumentaram mais os seus preços do que os produtos estrangeiros que importamos. Por outro lado compramos excessivamente a países que, embora ricos, nos não compravam correspondentemente os produtos portugue-

ses:

Os Estados Unidos, em 1948, venderam a Portugal 2.351.217 contos e só nos compraram 436.97 contos. Para este desequilíbrio deve ter corrido o argumento dos preços excessivos que analizamos precedentemente. Veja-se em abono, este índice simples: Em 1938, para comprarmos uma tonelada de óleos minerais tínhamos de vender 0,376 de cortiça; em 1948, considerando o aumento relativo dos preços dos óleos e da cortiça, temos de vender somente 0,233 de cortiça para comprar a mesma tonelada de óleos minerais.

Na última entrevista ao Diário de Notícias, 30 de Dezembro do ano findo, o Ministro da Economia lamenta-se porque o "governo português" riu à tese de liberalização do comércio, atitude em perfeita concordância com a orientação por seguida ainda no decurso dos dois primeiros anos "após guerra", e depois, ingenuamente acrescenta:

"Esta fidelidade aos princípios que a grande maioria das nações tinha já abandonado trouxe prejuizos muito sérios, traduzidos em avultado drenagem de ouro".

Quer dizer, o Sr. Ministro da Economia, quem tem sido um dos corifeus mais destacados na luta contra o liberalismo e um dos mais férvidos propagandistas do corporativismo, aparece-nos agora defender a "liberalização" do comércio externo, queixando-se contra as nações que abandonaram esse sistema. Sim, Sr. Ministro, foi o excessivo "liberalização" para os negócios chorudos dos monopolistas e da banca que trouxe a ruína e a crise económica do povo português.

AHS